

BENVENISTE E A TEORIA SAUSSURIANA DO SIGNO LINGUÍSTICO: O BINÔMIO CONTINGÊNCIA-NECESSIDADE

Cármem Agustini
João de Deus Leite*

RESUMO: *Este artigo analisa o modo como Benveniste (1939) problematiza a visão de Saussure (1916) acerca da natureza do signo lingüístico. Benveniste, sem desconsiderar a questão da contingência e da arbitrariedade tão caras à teoria saussuriana, parte da ideia de que conceber o signo do ponto de vista do locutor reclamaria alçá-lo a seu caráter necessário. Segundo os autores, ele traz para a discussão a relevância e a eficácia de se ter signos já constituídos, cujo caráter primeiro seria pôr homens e mundo em relação a partir de um semantismo social.*

ABSTRACT: *This article examines how Benveniste (1939) discusses Saussure's view (1916) of the nature of linguistic sign. Benveniste, without disregarding the issue of contingency and arbitrariness so dear to Saussurean theory, bases himself on the idea that the sign, considered from the viewpoint of the speaker, would claim the account of its necessary character. According to the authors, Benveniste brings to the discussion the relevance and effectiveness of having ready-to-use signs, whose primary character would be to put men in relation to the world, with their inscription in a social semanticism.*

Considerações iniciais

Neste texto, tomamos por tarefa realizar um exercício de leitura da teoria benvenistiana sobre a natureza do signo linguístico, buscando analisar sua filiação ao pensamento saussuriano presente no *Cours de Linguistique Générale*² (1916). Esse exercício torna-se pertinente devido ao fato de Benveniste, em seu texto *Natureza do Signo Linguístico* (1939), atribuir à relação entre significante e significado, fundante do signo linguístico, o caráter *necessário*. No entanto, essa atribuição não implica uma desconsideração da contingência nem da arbitrariedade,

base da constituição do signo linguístico. Trata-se, antes de tudo, da observação do signo linguístico sob o ponto de vista do *locutor*³ e, em decorrência, do ponto de vista da língua em uso, conforme demonstraremos na sequência deste trabalho.

A reflexão de Benveniste sobre a *significação*, no referido texto, pode deflagrar, de certo modo, uma interpretação que traduziria um incômodo do teórico em relação à questão da *arbitrariedade do signo linguístico*. Neste texto, no entanto, defenderemos que Benveniste (1939) observa o signo linguístico já constituído e em funcionamento no seio da sociedade. Esse ponto de vista reclama outra interpretação sobre a natureza do signo linguístico na relação com aquele que o mobiliza, ou seja, o locutor.

A interpretação que alça a atribuição do caráter necessário à relação fundante do signo linguístico a um incômodo do teórico advém do silenciamento de que Benveniste (1939) observa e dimensiona, conforme temos dito aqui, a natureza do signo sob o ponto de vista da língua em uso e do ponto de vista do locutor. Para um locutor qualquer a língua serve para significar e para comunicar em termos de efeito pragmático, porque o fundamento da linguagem é dialógico. Nos termos de Benveniste, “é um homem falando para outro homem que encontramos no mundo” (*Da subjetividade na linguagem*, [1958]1995, p. 285). Nesse sentido, o locutor diz “*homem e cachorro* porque antes de nós se disse *homem e cachorro*” (Saussure, [1916]2006, p. 88. Grifos do autor), o que implica dizer que o signo linguístico circula socialmente e que, para o locutor, o signo, necessariamente, apresenta significante e significado. Se assim não for, o locutor não terá como mobilizar a língua e convertê-la em discurso em um ato de enunciação, de modo a produzir, em referência com o interlocutor, o efeito pragmático de comunicação.

A interpretação relativa ao funcionamento do signo linguístico no seio da sociedade, e que, por isso, não aposta na hipótese do incômodo do teórico, dimensiona o caráter necessário da relação fundante do signo linguístico na perspectiva do locutor enquanto aquele que mobiliza a língua para convertê-la em discurso. Benveniste, portanto, trabalha essa relação no processo que transpõe a língua, enquanto possibilidade, à língua em emprego e em ação, tornando-a matéria de enunciação. Dito de outro modo, Benveniste, ao adentrar o empreendimento saussuriano, estando *nele* e fora *dele* ao mesmo tempo, deteve-se em uma vertente de análise linguística que se ocupou do exame da língua em sua *dimensão enunciativa*.

Sendo assim, é possível destacar que um dos pontos promissores do percurso de Benveniste, a partir de tal empreendimento, foi dimensionar que a própria instância de língua deixa flagrar indícios do *homem*

nessa instância; trata-se, antes de tudo, de uma presença que aponta para a *re-atualização* da língua em discurso, cuja função precípua é ancorar a vivência do locutor no mundo. Em vista disso, em sua teoria, a perspectiva da (inter)subjetividade na linguagem ganhou relevo por meio do fato de que, via o *uso* da língua, o *locutor* disporia da própria possibilidade de se assumir como *sujeito*, dado o seu gesto de apropriação da língua⁴.

A linha de pensamento defendida por Benveniste respeitante à linguagem contemplou um *estatuto* que mais se voltou para a ideia de que ela é constitutiva do homem que para a compreensão da linguagem como um instrumental a serviço do humano. Isso indica, portanto, que Benveniste radicalizou a *natureza dialógica* da linguagem, abrindo vias para se pensar em uma instância de língua que comporta a assunção de posições enunciativas (jamais empíricas) tanto para o *eu* quanto para o *tu* de se constituírem, respectivamente, como *locutor* e como *interlocutor*.

Feito esse preâmbulo, apresentaremos, em seções específicas, 1) breves considerações referentes à teoria saussuriana do signo linguístico e seu caráter arbitrário presentes no *Cours de Linguistique Générale* e, com certa ênfase, 2) alguns apontamentos atinentes ao texto *Natureza do Signo Linguístico*, de Benveniste ([1939]1995), no qual ele problematizou o estatuto de exemplo dos signos trabalhados por Saussure e que aparecem no *Cours de Linguistique Générale*, quando da discussão sobre a constituição do *signo linguístico*. Também nessa seção iremos apresentar, como já assinalara Benveniste em seu texto, a implicação de se conceber o *signo linguístico* do ponto de vista do linguista e do locutor, dados ali, não por acaso, o alcance e a eficácia do binômio *contingência-necessidade*.

1. A teoria saussuriana do signo e seu caráter arbitrário

Na teoria saussuriana, é lugar-comum a ideia de que a língua e suas operações encerram certa *complexidade*; em outros termos, poderíamos dizer que a realidade da língua encontra *meios* somente naqueles que a falam, restando alguns limites e desafios para sua abordagem enquanto *objeto* conceitual. Essa complexidade teria a ver com perspectiva de que as variadas relações de interdependência ou de subordinação que a língua comporta entre seus elementos não são apreensíveis em sua totalidade. Do *sistema* linguístico, só algumas possibilidades de relações seriam exprimíveis estruturalmente.

Essa perspectiva de abordagem ganhou uma singularidade teórica exatamente pela noção de sistema que sempre esteve ali em jogo, quando da definição do princípio axiomático de que “a língua é um siste-

ma de signos linguísticos que exprimem ideias [...]” (Saussure, [1916] 2006, p. 24). Na esteira de Saussure, a noção de *sistema* corresponderia à questão de que todas as relações possíveis entre os elementos do sistema emanam de condições estabelecidas por princípios fundantes ao próprio sistema. Assim, esse viés radical abriu vias para pensarmos que toda e qualquer constituição e combinação de signos linguísticos, na língua, seria marcada, de saída, por um caráter *solidário*, tendo em vista as próprias possibilidades previstas pelos mecanismos de funcionamento do sistema.

Isso exige considerar que essa noção de sistema implicou, para a visada saussuriana, o princípio de que tal *solidariedade* só se sustentaria a partir do entrelaçamento fundamental de três variáveis, a saber: a *relação*, que evidenciaria a perspectiva de que há uma interdependência radical entre os signos linguísticos – eles são inextricáveis do próprio sistema; a *oposição*, que dimensionaria o viés de que um signo só recebe seu valor linguístico, no sistema, a partir da diferença que ele encerra frente aos demais signos – isto é, *um signo é o que o outro não é*; por fim, a *negação*, que contemplaria o prisma de que, no sistema, nenhum signo linguístico poderia figurar como *fundador*, já que não há nada *a priori* ao momento de constituição das *unidades discretas*.

Levando em consideração essas variáveis e a própria discussão que Saussure [1916]2006 nos legou sobre as *relações sintagmáticas* e *relações associativas*, compreendemos que a possibilidade de existência de algo *a priori* à língua não seria passível de ocorrer. Na verdade, essa noção de sistema nos permite pensar que antes do processo de constituição de *unidades discretas* – as quais são sempre relacionais, opositivas e negativas, conforme vimos anteriormente –, haveria uma impossibilidade radical de se remontar a uma origem. Haveria, dessa forma, um vazio que, estruturalmente, nos excederia.

Além disso, essa compreensão traz em seu bojo a ideia de que o sistema em sua totalidade seria algo *intangível* ao homem, conforme estabeleceu Saussure [1916]2006. Para que isso fique mais claro, tomemos, a seguir, as palavras do próprio autor:

[...] De que maneira se deve representar esse produto social para que a língua apareça perfeitamente desembaraçada do restante? Se pudéssemos abarcar a totalidade das imagens verbais armazenadas em todos os indivíduos, atingiríamos o liame social que constitui a língua. Trata-se de um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indiví-

duos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe de modo completo (Saussure, [1916]2006, p. 21).

Essa perspectiva fundamenta o princípio de que a constituição de “unidades discretas” (isto é, *unidades compreensivas* pertinentes a um sistema linguístico específico, por exemplo) obedece, fatalmente, a um princípio de classificação. Com isso, Saussure [1916]2006 encontrou meios para postular uma configuração teórica a respeito de *língua*, como objeto conceitual, conforme destacamos há pouco; inclusive, para justificar o viés de abordagem de que a língua jamais poderia ser considerada como resultante de um somatório gradativo de elementos, bem como o prisma conceitual de que ela não seria um meio de linearização do pensamento.

Conjugado a essa noção de sistema, Saussure [1916]2006 postulou que a língua teria os signos linguísticos como *unidade*. Trata-se, para ele, de uma unidade linguística de dupla face que se interdependem: uma *imagem conceitual* e uma *imagem acústica*, que são sempre psíquicas e não puramente físicas. Isso barra prontamente a perspectiva de que o signo linguístico representaria a relação entre uma coisa no mundo empírico e uma palavra. Insistir nessa ideia seria reduzir a língua a uma nomenclatura e os signos linguísticos a meras etiquetas.

Assumir que o signo linguístico é *psíquico* exige levar em conta que se trata de uma impressão capaz de firmar valor linguístico no sistema, tendo em vista as possibilidades previstas pelo sistema. Por isso, Saussure [1916]2006 considerou que as partes constituintes do signo linguístico são, respectivamente, um conceito e uma imagem acústica e não uma coisa e uma palavra. Essa impressão, de acordo com ele, consolida-se no nosso cérebro a partir de uma *associação* feita pelo falante, a qual fatalmente está concernida pelo próprio funcionamento do sistema. Nesse sentido, o valor linguístico que essa impressão pode firmar e/ou deflagrar teria a ver exatamente com a consequência imediata que procede do sistema.

Na base dessa associação, está funcionando o princípio da *arbitrariedade* do signo linguístico. Isso porque, para Saussure [1916]2006, não há uma relação de *motivação* entre conceito e imagem acústica, quando da constituição do signo linguístico em dado sistema. Como vimos considerando aqui, trata-se de uma relação gerida pelo próprio sistema, sendo desconhecida uma causa externa a ele; além disso, do ponto de vista da *contingência*, a associação entre conceito e imagem acústica assume um *formato* específico, restando, como contra face, a própria possibilidade de assunção de outro formato para tal associação. Entretanto, uma vez constituído no sistema, o formato específico passa a ser da ordem do *necessário*.

Esse princípio da *arbitrariedade* abre vias para sustentar a ideia de que a língua é “um sistema de valores puros” (Saussure, [1916]2006, p. 130), cujas relações e oposições determinam o papel das unidades linguísticas. O interesse de Saussure [1916]2006, portanto, diz respeito à natureza fundante da língua, dado o papel extremamente relevante que o domínio do *valor linguístico* ali exerce. Por isso, ousamos dizer que o *valor sistêmico* se mostrou mais produtivo para seu propósito, a despeito de ele recorrer a signos já positivados para mostrar o funcionamento do valor sistêmico, conforme destacaremos na próxima seção.

O princípio da arbitrariedade, nos termos saussurianos, não pode denotar que o sistema estaria à mercê da livre *escolha* do falante. Ao contrário, a delimitação e estabilização de um signo linguístico sofre fortemente a pressão de uso por determinado grupo linguístico. Por um lado, o princípio de *ordenação* do sistema seria imutável, implicando uma impossibilidade estrutural de se fazer qualquer operação com a língua. Por outro, no curso do tempo, os signos linguísticos podem sofrer alteração em termos da relação entre conceito e imagem acústica, sem necessariamente pôr em xeque o alcance e a eficácia do princípio de ordenação.

No *Cours*, esses dois polos relativos ao signo linguístico aparecem sob o princípio da imutabilidade e mutabilidade do signo respectivamente. Não à toa, a consideração da língua como uma herança parece elucidar o caráter de que o sistema da língua é irredutível à *escolha* dos falantes; isso também põe em evidência o aspecto complexo da língua. Complexidade essa concebida, neste momento do *Cours*, como uma aparente contradição, pois, ao mesmo tempo em que esse sistema guarda algo de *imutável*, ele ancora a constituição de algo *mutável*. Em outros termos, poderíamos dizer que se trata de um sistema que comporta, em sua lógica de funcionamento, evidências específicas, de natureza também específica, tendo em vista sempre o momento de constituição.

Sob a perspectiva de Jonathan Culler (2003), o princípio da arbitrariedade do signo imprime à língua a ideia de um sistema de motivação. Se por um lado o signo linguístico é arbitrário em sua constituição, como já destacamos aqui, por outro, o mesmo sistema que ancora a constituição de signos é motivado. De acordo com ele, isso seria o *essencial do arbitrário*, já que a condição de haver sistema é porque há o princípio do arbitrário em funcionamento ali, e vice-versa. Consideremos uma passagem significativa do texto de Culler (2003, p. 58), a saber:

Pour Saussure, pourrait-t-on dire, l'essentiel est très simple: le signe est arbitraire, mais la langue est un système de motivation. En effect, c'est parce que le rapport entre le signifiant et le signifié est

arbitraire et que les distinctions entre les signifiés (ainsi qu'entre les signifiants) sont arbitraires que la langue est un système de motivation.

[...]

Quelles seraient les conséquences si l'on prenait au sérieux l'idée du système de la langue comme un système de motivation? On peut dire que la linguistique, sans se concevoir dans ces termes, a néanmoins souvent procédé ainsi, cherchant des règles systématiques qui gèrent les rapports des formes et des sens. [...]⁵

Para finalizar, poderíamos destacar que Saussure [1916] 2006 propôs o caráter arbitrário do signo linguístico como meio de barrar a ideia de que a língua possui e/ou encerra uma essência, ainda que ela se pautem em um sistema de motivação, isto é, em um princípio de classificação. Não por acaso, ele imprimiu certa radicalidade à questão de que a língua é um mecanismo complexo, cujas unidades linguísticas também o são; um mecanismo que aponta, ao mesmo tempo, para algo contingencial e necessário. No *Cours*, isso já aparece em *estado germinal*, como destacaremos na próxima seção.

2. O signo linguístico, o arbitrário e o necessário: a visão benvenistiana

O desdobramento construído por Benveniste ([1939]1995) acerca da questão do signo linguístico, mais especificamente sobre a relação *construto teórico* e “natureza das provas que o manifestam” (Benveniste, [1939]1995, p. 53), acirra um aspecto da linguagem que seduziu tanto Saussure quanto Benveniste ([1939]1995), a saber: o da *complexidade* que a linguagem guarda em si seja como objeto conceitual, seja como realidade de fatos linguísticos. Essa sedução, segundo Benveniste ([1939]1995), imprime a necessidade de se procurar compreender em que sentido se tomou o conceito no construto teórico e a “natureza das provas que o manifestam”. É sobre essa necessidade que analisamos a rotação que Benveniste apresenta com o caráter *necessário* do signo linguístico.

Nesse sentido, fazendo passar o próprio pensamento saussuriano pelo fio dessa complexidade, Benveniste ([1939]1995) recolocou em outros termos, comprometido com outras dimensões da linguagem, a perspectiva de que o vínculo entre *significante* e *significado* seria arbitrário. Em Benveniste ([1939]1995), essa perspectiva foi problematizada, e não abandonada, tendo em vista a natureza dos aspectos que ele contemplou em sua teoria: o *uso* da língua, a *relação (inter)subjetiva* da linguagem, o fato linguístico da *significação*, dentre outros aspectos. A

consideração de tais aspectos impeliu Benveniste a levar a sério o valor social e convencional do signo linguístico em sua problematização. Valores esses que o signo somente adquire enquanto signo em emprego e ação. Não há signo antes de sua ocorrência em dado ato de fala. Socialmente, o signo carrega um semantismo social, cujo valor convencional instaura certa referência social. No entanto, nem esse semantismo social nem essa referência social garante a correferência exata entre locutor e co-locutor, na produção do efeito pragmático de comunicação, já que a enunciação, em seu caráter irrepetível, instala o *sui referencial* do sentido e da referência. Não garante, mas é fundamental para que esse efeito possa ocorrer.

Nessa medida, para Benveniste ([1939]1995), a definição de signo linguístico e a consideração de sua natureza como arbitrária frente aos exemplos arrolados no *Cours* engendraram internamente uma contradição constitutiva. Isso porque, fatalmente, o investimento na exemplificação do signo linguístico e de sua natureza arbitrária, a partir de signos em *uso*, em vez de ilustrar o *valor sistêmico* – dimensionando ali as características do *valor linguístico* que recaem sobre as variáveis⁶: *relação*, *oposição* e *negação* –, se é que os exemplos *per se* contemplariam esse dimensionamento, privilegiou, de certa maneira, o *valor social* (isto é, a herança compartilhada que subjaz à estabilização do uso de um signo linguístico, por exemplo).

Em outros termos, poderíamos ressaltar que Benveniste ([1939]1995) pôs em questão o princípio de que, ao contrastar dois signos linguísticos ou mais, por exemplo, para tentar evidenciar que a *função designativa* que eles parecem encerrar seria arbitrária, no *Cours*, há a mobilização de signos já positivados, fortemente vinculados à realidade, ou seja, já normalizados na língua enquanto princípio de classificação (Saussure, 1916, p. 17). Para que essa consideração fique mais compreensível, consideremos as palavras de Benveniste ([1939]1995, p. 54) a seguir:

Saussure cansou-se de dizer que a ideia de “soeur” não está ligada ao significante s-ö-r, porém não pensa menos na realidade da noção. Quando fala da diferença entre b-ö-f e o-k-s, refere-se, contra vontade, ao fato de que esses dois termos se aplicam à mesma *realidade*. Eis aí, pois, a *coisa*, a princípio expressamente excluída da definição do signo, e que nela se introduz por um desvio e aí instala para sempre a contradição (Grifos do autor).

Mais adiante em seu texto, Benveniste ([1939]1995) percorreu a linha de pensamento pertinente ao entendimento de que a relação entre “imagem acústica” (dimensão do “significante”) e “imagem conceitual”

(dimensão do “significado”) não poderia ser tão arbitrária assim, pois só conhecemos e só temos acesso ao signo linguístico já constituído e, não, em seu caráter contingencial. Assim, de acordo com Benveniste ([1939]1995), a causalidade entre “imagem acústica” e “imagem conceitual” se justificaria pela própria perspectiva de que ali o primado do *valor social* já comportaria as condições de uso; condições essas que apontam para a “consustancialidade do significante e do significado” (Benveniste, [1939]1995, p. 56). Portanto, a arbitrariedade do signo linguístico, no que ela tange à relação fundante do signo linguístico, somente seria observável do ponto de vista do linguista, que consegue perceber e conceber o vazio radical a partir do qual a língua se funda e se constitui. Mas esse aspecto fundamental da língua não é passível de ser exemplificado, uma vez que não há signo antes de seu aparecimento em um ato de fala; mesmo o signo em estado de potencialidade da língua, o é por já ter passado por atos de fala e ter se estabilizado enquanto signo de um sistema linguístico específico.

Vejamus uma citação do texto de Benveniste ([1939]1995, p. 57. Grifo do autor), na qual ele faz a diferença entre os pontos de vista do linguista e do locutor:

[...] É, realmente, transposto em termos linguísticos o problema metafísico da relação entre o espírito e o mundo, problema que o linguista estará, talvez um dia, em condições de abordar com sucesso, mas que no momento fará melhor se o deixar de lado. Propor a relação como arbitrária é para o linguista uma forma de defender-se contra essa questão e também contra a solução que o falante lhe dá instintivamente. Para o falante há entre a língua e a realidade adequação completa: o signo encobre e comanda a realidade; ele é essa realidade [...]. Na verdade, o prisma do sujeito e o do linguista são tão diferentes a esse respeito que a afirmação do linguista quanto ao arbitrário das designações não refuta o sentimento contrário do falante.

Para o locutor, portanto, a relação entre significado e significante, na constituição do signo linguístico, é uma relação necessária; no entanto, trata-se de uma solução instintiva e, por isso, não científica, não teorizada. Do ponto de vista do linguista, por sua vez, a arbitrariedade fundante do signo linguístico é não-demonstrável, porque o signo sempre-já é signo e, por isso, traz em sua constituição a relação necessária, para que haja signo, entre significante e significado. Para Benveniste ([1939]1995), portanto, o que, de fato, é passível de ser exemplificado da arbitrariedade do signo linguístico é a própria possibilidade com que

um *signo* (e não outro *signo*) recobre dada referência social de certo elemento da realidade (e não, por sua vez, de outro elemento da realidade). Isso, sim, indicaria uma situação contingencial para um sistema linguístico específico. Vejamos, para finalizar essa breve abordagem do texto de Benveniste ([1939]1995), um trecho significativo sobre o qual repousam as referidas observações:

Evidencia-se, pois, que a parte de contingência inerente à língua afeta a denominação enquanto símbolo fônico da realidade, e na sua relação com ela. Mas o *signo*, elemento primordial do sistema linguístico, encerra um *significante* e um *significado* cuja ligação deve ser reconhecida como *necessária*, sendo esses dois componentes consubstanciais um com o outro. O *caráter absoluto do signo linguístico* assim entendido comanda, por sua vez, a necessidade dialética dos valores em constante oposição, e forma o princípio estrutural da língua. Talvez o melhor testemunho da fecundidade de uma doutrina consista em engendrar a contradição que a promove. Restaurando-se a verdadeira natureza do *signo* no condicionamento interno do sistema, reforça-se, além de Saussure, o rigor do pensamento saussuriano (Benveniste, [1939]1995, p. 59. Grifos do autor.).

Dessa perspectiva, o *signo* traz em sua constituição um significado para que ele cumpra sua função social de colocar em relação, via linguagem e no mundo, um homem com outro homem. Essa relação dialógica fundante produz um efeito de imanência do significado; no entanto, trata-se de um efeito proveniente do fato de que a relação entre *significante* e *significado* é necessária para que haja *signo linguístico*. “O *caráter absoluto do signo linguístico*” (Benveniste, [1939]1995, p. 59. Grifos do autor.), por sua vez, reforça a “dialética dos valores em constante oposição e forma o princípio estrutural da língua” (Benveniste, [1939]1995, p. 59.). Portanto, a contingência transforma-se em necessidade, quando, socialmente, há uma “pega” entre um *significante* e um *significado*, constituindo um *signo linguístico*.

Buscando percorrer a linha de pensamento que postula a inextricabilidade entre contingência e necessidade, ou que, no mínimo, concebe momentos específicos e íntimos de ocorrência desse binômio, quando da constituição de *algo*, reportamo-nos ao texto *A corrente subterrânea do materialismo do encontro*, de Louis Althusser ([1982]2005), para aprofundarmos o entendimento sobre a ideia de que a única condição de legibilidade de *algo* só se fundaria na produtividade do encontro entre *contingência* e *necessidade*.

Em seu texto, Althusser ([1982]2005) radicalizou a perspectiva do materialismo do encontro, mais notadamente o enfoque sobre a *intersecção* nula entre contingência e necessidade antes do encontro, isto é, a existência do *vazio* antes do contato entre contingência e necessidade; além disso, ele mostrou ali certas decorrências disso para a própria condição de legibilidade da filosofia e da história da filosofia, por exemplo.

Para tanto, esse teórico construiu, textualmente, um percurso de abordagem que privilegiou a trajetória de elaboração de alguns filósofos, tais como: Epicuro, Heidegger, Espinosa, para citarmos alguns, enfocando, com isso, a sua tese de que subjacente a tais trajetórias haveria uma “corrente subterrânea do materialismo do encontro” (Althusser, [1982]2005, p. 9).

Sob essa tese, Althusser ([1982]2005) desenvolveu instigantes apontamentos, no sentido de nos apresentar, contundentemente, a reflexão de que a única possibilidade de existência da filosofia – e da escritura de sua história, por exemplo –, seria relativa ao alcance e à eficácia do materialismo do encontro. Isso porque, segundo ele, a dimensão da contingência (im)põe, de saída, para a *instância do encontro*, uma relação tensiva e contraditória entre a *possibilidade* e a *impossibilidade*; tensão e contradição entre o que foi efetuado e o que simplesmente não foi efetuado – ou mesmo o que poderia assumir sempre outro formato ou, mais radicalmente, o que nem sequer assumiu um formato.

Em vista disso, Althusser ([1982]2005) ressaltou a tendência do *materialismo da necessidade* tão apregoada por algumas vertentes filosóficas ditas racionalistas; inclusive, tão atribuída, com vigor, às proposições estabelecidas por Marx, como destacou o próprio Althusser ([1982]2005). Esse materialismo da necessidade, totalmente incompatível com a perspectiva do materialismo do encontro, caracterizou-se pelo interesse filosófico em dimensionar certo *finalismo* do encontro – uma *teleologia* do encontro.

Assim, para mencionarmos o cenário da *chuva* ao qual aludiu Althusser ([1982]2005) no início de seu texto, poderíamos vislumbrar que o encontro entre os átomos, sob o pólo do *materialismo da necessidade*, dar-se-ia exatamente pela demanda das propriedades intrínsecas de cada átomo. Já, do pólo do *materialismo do encontro*, teríamos que a junção entre os átomos seria fruto exatamente das relações que eles contraem com os átomos vizinhos, sendo o encontro em si mesmo uma demanda extremamente contingencial. Para que isso fique mais claro, vejamos, a seguir, um trecho mobilizado do texto de Althusser ([1982]2005, p. 11. Grifos do autor):

[...] O mundo pode ser chamado *o fato consumado*, no qual, uma vez consumado o fato, se instaura o reino da Razão, do Sentido, da Necessidade e da Finalidade. Mas esta *consumação do fato* é somente um puro efeito da contingência, dado que depende do encontro aleatório dos átomos como consequência do desvio, do *clinamen*. Antes da consumação do fato, antes do mundo, há somente não-consumação do fato, o não-mundo, que é somente existência irreal dos átomos. [...]

Com base nessa passagem, e na tônica do texto como um todo, é possível notar que Althusser ([1982]2005) dimensionou ali a relação de inextricabilidade entre contingência e necessidade, dada a ênfase que ele construiu para a ideia de que a constituição de todo e qualquer fato só seria (im)possível após a “pega” do encontro. Isto é, na esteira de Althusser ([1982]2005), o primado da contingência acabaria exigindo a necessidade de que o encontro se estabelecesse para que algo pudesse ser *dito* e/ou que pudesse ganhar *forma*. Consideremos, a seguir, mais uma passagem recortada do texto de Althusser ([1982]2005), a qual também parece autorizar a tessitura dos referidos apontamentos, a saber:

O que se torna a filosofia nestas circunstâncias? Ela não é mais o enunciado da Razão e da origem das coisas, mas a teoria de sua contingência e o reconhecimento do fato, do *fato* da contingência, do fato da submissão da necessidade à contingência e do fato das formas que “dão forma” aos efeitos do encontro. Ela só é constatação: houve encontro e “pega” de elementos uns sobre outros (no sentido em que se diz que o cimento “pega”). [...] (Althusser, [1982]2005, p. 11. Grifos do autor.).

Em um movimento bastante similar, é possível dizer que Benveniste ([1939]1995) também defendeu a ideia da relação de inextricabilidade entre contingência e necessidade. Conforme temos dito aqui, Benveniste ([1939]1995) conjugou o caráter necessário à relação entre significante e significado, quando da constituição do signo linguístico, visto que ele radicalizou a perspectiva da língua em uso; trata-se, para ele, da única condição de acesso à língua. Nos termos de Saussure (1916), é possível dizer que Benveniste ([1939]1995) privilegiou dimensões diferentes, nem, por isso, incompatíveis, do sistema da língua. Saussurariamente, poderíamos afirmar que o laço fronteiro entre *contingência* e *necessidade* é semelhante a uma folha de papel: “[...] não se pode cortar um sem cortar, ao mesmo tempo, o outro [...]” (Saussure, 1916, p. 131).

A interface de *posições teóricas* entre Benveniste e Saussure, ora asseverando uma aproximação, ora um afastamento, foi aludida, por Normand ([2004]2009), como um caso de *encontro*: “Benveniste encontrou Saussure” (Normand, [2004]2009, p. 198). Para ela, a relação de Benveniste com Saussure, dado o modo como este encontra ecos conceituais naquele, parece reclamar uma classificação que não seria comportada pelos meandros do “discurso da filiação”, do “discurso da novidade”, do “discurso da comparação” (da “influência”), do “discurso da interdisciplinaridade” e do “discurso da instituição universitária”. Por isso, a menção de “encontros” para marcar essa ideia de *interface* entre um e outro.

Ao propor, no texto de 2004, possíveis faces desse encontro, Normand ([2004]2009) ressaltou uma que muito nos interessa aqui, dada a tônica do que vimos discutindo até agora, qual seja: a *elaboração* da arbitrariedade do signo linguístico, nos termos saussurianos, se configurou como um *ponto* em que Benveniste parece se afastar de Saussure. Contemplamos, há pouco, algumas passagens do texto de Benveniste, que mostram a direcionalidade de leitura desse teórico.

Levando em conta a tendência do exame analítico que Benveniste privilegiou em seus textos, Normand ([2004]2009) assinalou que isso pode ser indício da predileção que ele mantinha em relação à *estrutura linguística*, compreendendo ali, acirradamente, as *funções* comportadas por essa estrutura e, ao mesmo, sintomático de sua não propensão à discussão sobre os valores e as diferenças que marcam a estrutura linguística. Com base nesses apontamentos, a referida autora aventou a hipótese de que “o que o incomodava era a contingência” (Normand, [2004]2009, p. 202). Tomemos, a seguir, mais uma passagem do texto de Normand ([2004]2009, p. 202) em que ela procura sustentar sua hipótese:

Assim como o Deus de Einstein não podia ser suspeito de dar as cartas, o signo não pode ser, não deve ser inteiramente privado de fundamento. Se determinar a forma particular está relacionado ao verbo *médio*, diferenciando-o do *ativo*, por exemplo, ou à posição no espaço daquele que fala em relação ao objeto de que fala, é porque aquilo mesmo que é visado (“o intencionado”) tinha necessidade dessa forma diferente de todas as outras, que “sentido” não podia ficar sem expressão. Forma e sentido estão intimamente ligados, um não anda sem o outro, mas essa ligação não pode ser inteiramente contingente e, se nos aplicamos em descrever atentamente as formas, descobrimos que é o sentido que dá “a razão” de suas diferenças, até mesmo de suas anomalias (Grifos da autora.).

A explanação que ela constrói ali, assumindo provisoriamente a perspectiva de sustentação de Benveniste ([1939]1995), para melhor bancar sua hipótese, parece dimensionar, ao contrário do que ela propôs, que a leitura crítica desse teórico sobre a questão da arbitrariedade do signo linguístico, longe de dicotomizar a relação “forma” e “sentido”, contempla uma faceta em que essa relação é concebida a partir de uma ideia de que um *implica* o outro, ou que um comporta o outro ao mesmo tempo.

Em vista disso, a nossa reflexão frente à posição sustentada por Normand ([2004]2009) toma como *ponto de aplicação* a seguinte *chave de leitura*: a tensão contraditória a que Benveniste expôs o binômio *contingência-necessidade*, fazendo-o operar na própria questão da *arbitrariedade*, se mostrou relevante mais pelo fato de ele referendar seu *objeto de interesse*, abrindo o empreendimento saussuriano a novos debates, que pelo fato de se contentar com o mero *referendo de teoria*.

Em sendo assim, assumimos aqui um posicionamento de discordância da leitura de Normand ([2004]2009), mais notadamente da hipótese que ela formulou para explicar o gesto benvenistiano em torno da teoria saussuriana, uma vez que visar ao *ato fugidio* da enunciação reclamou, da parte de Benveniste, necessariamente, a ênfase no processo de (des)estabilização do uso linguístico que a experiência ali imputa. Isso indica, quer queiramos ou não, o reconhecimento da relação semiótica entre “forma” e “sentido”, cuja ancoragem só se efetiva a partir de uma *realidade*, por meio de uma *herança* legada por uma cultura, por exemplo.

Parece ser possível argumentar, ainda, que não se trataria de um incômodo de Benveniste ([1939]1995) em função do caráter contingencial do signo linguístico, visto que só o signo em sua positividade é que nos é dado o direito de conhecer. A eventualidade da “imagem acústica” e da “imagem conceitual” do signo linguístico é, para ele, intangível. Em defesa à argumentação de nosso *ponto de vista*, poderíamos re-significar a afirmação do próprio Benveniste de que é “um homem falando com outro que encontramos no mundo” (Benveniste, [1939]1995, p. 285), expressando-a deste modo: é um signo linguístico já constituído no sistema da língua que percebemos.

Consideremos uma passagem do *Cours*, a seguir, a qual nos leva a pensar, de certa maneira, na perspectiva germinal da arbitrariedade como um construto que, de saída, parece comportar o *binômio* contingência-necessidade, a saber:

[...] a arbitrariedade do signo nos faz compreender melhor por que o fato social pode, por si só, criar um sistema linguístico. A coletividade é necessária para estabelecer os valores cuja única

razão de ser está no uso e no consenso geral: o indivíduo, por si só, é incapaz de fixar um que seja (Saussure, [1916]2006, p. 132).

Para finalizar nossa exposição, é possível afirmar que, já em Saussure ([1916]2006), o binômio contingência-necessidade se mostrava bastante produtivo; mais precisamente, o encontro entre contingência-necessidade já estava na base de teorização saussuriana do signo linguístico. Seguramente, Benveniste ([1939]1995) soube usufruir do legado teórico-analítico deixado por Saussure ([1916]2006), evidenciando, em seu próprio percurso, *movimentos* singulares de se lançar teoricamente para outros *lugares* contingenciais e necessários.

Considerações finais

No decorrer deste texto, ocupamo-nos do propósito de *apresentar* certos aspectos da leitura benvenistiana sobre a natureza do signo linguístico. Isso porque Benveniste ([1939]1995), ao levar radicalmente a sério a perspectiva da língua em emprego e ação, fez operar o caráter *necessário* na relação entre significante e significado, aspectos fundantes do signo linguístico. Olhar a constituição do signo linguístico a partir da luneta do locutor, ou do homem na língua, é sempre primar pelo signo *socialmente* já em funcionamento; é assumir a perspectiva de que o signo já constituído permite pôr os homens e mundo em relação via um semantismo social em vigência.

De nossa parte, entendemos que esse gesto benvenistiano em torno da teoria saussuriana não abandonou a perspectiva da contingência e da arbitrariedade do signo linguístico. Ao contrário, ele só acirrou essa perspectiva, no sentido de que, como contra face, o aspecto necessário expôs a contingência e a arbitrariedade a certo *alcance* e *eficácia*. Não à toa, pautados nos apontamentos de Culler (2003), vimos que, por um lado, se o signo é arbitrário, por outro, a língua parece encerrar um sistema de motivação. Proceder desse modo é se filiar fortemente ao pensamento de Saussure ([1916]2006), pois toda a sua construção teórica é sempre *relacional* e *complexa*. E Benveniste ([1939]1995), na esteira de Saussure ([1916]2006), fez isso exemplarmente.

Defendemos, com certa ênfase, a ideia de que Benveniste ([1939]1995) sempre esteve, ao mesmo tempo, dentro e fora do *empreendimento* de Saussure ([1916]2006). Isso exige considerar, como mostramos ao longo deste texto, que ele se *filiou* à tendência de pensamento de Saussure ([1916]2006) e que ele *singularizou* um modo de conceber seu ponto de vista, cuja chave base foi a *enunciação*. Conforme argumentamos aqui, muitos pontos teórico-analiticamente promissores já foram entrevistados por Saussure; parece-nos que coube a Benveniste ([1939]1995), como

saussuriano que foi, expor a perspectiva da *complexidade* da língua a outras questões. Em relação à natureza do signo linguístico, o procedimento de Benveniste ([1939]1995) não foi diferente.

Por fim, cumpre destacar que Benveniste ([1939]1995) articulou o *binômio* contingência-necessidade, quando da constituição do signo linguístico, aos pontos de vista do linguista e do locutor respectivamente. Conceber a natureza do signo linguístico de um ou de outro ponto reclama epistemologicamente posturas diferentes, além de evidências das provas também diferentes, conforme nos legara Benveniste em seu texto.

Notas

¹ Respectivamente, professora Doutora no Instituto de Letras e Linguística (ILEEL), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e doutorando do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL), do Instituto de Letras em Linguística (ILEEL), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), de Minas Gerais.

² Interessa-nos, aqui, enfatizar o *Cours de Linguistique Générale* (1916), tendo em vista o próprio movimento que Benveniste (1949) empreende de se reportar ao *Cours*, quando de sua teorização sobre a *natureza do signo linguístico*.

³ É pertinente antecipar, neste ponto, que a noção *locutor*, para Benveniste (1995), tem a ver com uma posição de linguagem; trata-se sempre da consideração de que *é na e pela* linguagem que a assunção do indivíduo à posição locutor pode se delinear e se marcar ao mesmo tempo – de modo mais evidente ou não. Isso exige levar em conta, como Benveniste fez reiteradamente em seus textos, o prisma de que essa assunção comportaria: 1) a passagem da língua, como sistema de possibilidades, para o uso concreto e discernível de formas de língua, o qual só é dado *a saber* após esse exercício de passagem da língua em discurso; 2) a representação que se dá a perceber do locutor, cuja base referencial é *eu*, tendo em vista a questão de que o exercício de linguagem permite uma montagem linguística daquele que se enuncia como locutor na presente instância de discurso, marcando ali necessariamente algo de si.

⁴ Nessa perspectiva, compreendemos a “apropriação da língua” como o tomar a língua para si, de modo que o locutor, em estando nela, possa fazer dela algo que, para além de dizer, diz de si.

⁵ *Tradução nossa*: Para Saussure, poderíamos dizer, o essencial é muito simples: o signo é arbitrário, mas a língua é um sistema de motivação. De fato, é porque a relação entre o significante e o significado é arbitrário e as distinções entre os significados (assim como entre os significantes) são arbitrárias que a língua é um sistema de motivação. (...) Quais seriam as consequências se levássemos a sério a ideia do sistema da língua como um sistema de motivação? Podemos dizer que a linguística, sem se conceber nestes termos, frequentemente procede assim, procurando regras sistemáticas que gerem as relações das formas e dos sentidos. (...)

⁶ Cf. seção 1.

Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, Louis. A corrente subterrânea do materialismo do encontro (1982). *In*: BOITO JR, Armando, TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). **Crítica marxista**. n. 20. Editora Revan.
- BENVENISTE, Émile [1939]. Natureza do signo linguístico. *In*: BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas: Ed. Pontes, 1995.
- BENVENISTE, Émile [1939]. Da subjetividade na linguagem. *In*: BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas: Ed. Pontes, 1995.
- CULLER, Jonathan. L'essentiel de l'arbitraire. *In*: **L'Herne Saussure**. Paris: Editions de l'Herne, 2003.
- NORMAND, Claudine [2004]. Saussure-Benveniste. NORMAND, Claudine. **Convite à linguística**. São Paulo: Contexto, 2009.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye com a colaboração de Albert Riedlinger. São Paulo: Cultrix, 2006.

Palavras-chave: signo linguístico, contingência, necessidade

Key-words: linguistic sign, contingency, necessity